

GESTÃO EDUCACIONAL E O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL “JOÃO DE CAMPOS BORGES” DO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES/MT

Adilma Amancio de Limaⁱ
Ederval Pereira de Souzaⁱⁱ

Resumo: A proposta do presente estudo é adentrar no universo da Gestão Educacional enfocando a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) para uma mediação significativa no processo ensino aprendizagem. Hoje, uma das áreas mais favorecidas com as TICs é a área educacional, pois são vistas como potencializadoras dos processos de ensino–aprendizagem, possibilitando maior desenvolvimento, aprendizagem e comunicação entre todos enriquecendo o fazer pedagógico bem como favorecendo uma interatividade efetiva entre docentes, discentes e profissionais da educação. Através de pesquisa qualitativa empírica, documental e bibliográfica ressaltam-se as políticas públicas aplicadas em relação ao uso e garantia das novas tecnologias que contemplam a melhoria da qualidade de ensino e preparação dos envolvidos, incorporando recursos tecnológicos em benefício da qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem para o mundo educacional, virtual e tecnológico de forma significativa e eficaz, trazendo algumas questões a tona sobre gestão educacional e a utilização das tecnologias de informação e comunicação, especificamente da Escola Estadual “João de Campos Borges” no município de Barra do Bugres-MT, vimos que há um distanciamento entre teoria e prática e que tanto alunos quanto professores ainda tem muitas dificuldades em relação a utilização das TIC's e suas contribuições nas maneiras de comunicar, trabalhar, decidir e pensar.

Palavras-Chave: *Gestão Educacional, TIC's, Mediação*

Abstract: The purpose of this study is to enter the world of Educational Management focusing on the use of Information and Communication Technologies (ICTs) for a significant mediation in the learning process. Today, one of the most favored with ICTs is the area of education, because they are seen as potentiating the processes of teaching and learning, enabling further development, learning and communication between all enriching the pedagogical practice as well as favoring an effective interaction between teachers, students and education professionals. Through empirical qualitative research, documents and literature we emphasize public policies applied in the use of new technologies and ensuring that include improving the quality of teaching and preparation involved, incorporating technological resources for the benefit of the quality of teaching and learning for the educational world, virtual and technological significantly and effectively, bringing to light some issues on educational management and use of information technologies and communication, specifically the State School "John Campos Borges" in Barra do Bugres - MT, we have seen that there is a gap between theory and practice and that both students and teachers still have many difficulties regarding the use of their contributions in TIC'se ways to communicate, work, think and decide.

Keywords: *Educational Management, ICT, Mediation*

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo visa adentrar no universo da Administração Pública com enfoque na Gestão Educacional e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação como mediação para uma aprendizagem significativa.

Um dos papéis do administrador é enfrentar, através de uma postura ética, criativa, dinâmica e flexível, as adversidades, vencendo desafios e tomando decisões que favoreçam a organização, empresa ou órgão em que atua. Drucker (2000), descreve que o administrador na sociedade contemporânea deve organizar sua própria formação, adquirindo o hábito da aprendizagem contínua, uma vez que atualmente as organizações são caracterizadas por aceleradas e permanentes mudanças, sendo essencial na medida em que toma decisões, gerencia situações, oportuniza mudanças e propõe soluções que promovem melhorias no desempenho e nas potencialidades das organizações.

Gestão democrática tem sido muito discutida atualmente visando transformações da realidade educacional, direcionam a descentralização de poder, a necessidade de um trabalho voltado à participação da comunidade e dos segmentos das escolas para um envolvimento da sociedade como um todo.

Conforme Lima (2008) a Gestão da educação pode ser entendida como um dos agentes responsáveis por garantir a qualidade da educação, é o processo de mediação no seio da prática social global, pois se constitui em um mecanismo de atualização cultural, histórica e de formação humana do homem, ultrapassando formas racionais, técnicas e mecânicas que caracterizaram a educação por muitos anos. Tomadas de decisões conscientes embasadas em objetivos e ações pedagógico-políticas são estratégias básicas para se atingir qualidade e equidade em uma gestão educacional.

Segundo Amelia Hamze¹, as tecnologias de informação são as formas de gerar, armazenar, veicular e reproduzir a informação. As tecnologias de comunicação são as formas de difundir informação, incluindo as mídias mais tradicionais, da televisão, do vídeo, das redes de computadores, de livros, de revistas, do rádio, etc. Com a associação da informação e da comunicação TIC's (Tecnologia da Informação e Comunicação) há novos ambientes de aprendizagens, novos ambientes de interação.

¹ Amelia Hamze Educadora/Profª UNIFEB/CETEC e FISO – Barretos disponível em <http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/as-tics-na-pratica-pedagogica.htm> acesso em 17/06/12

Uma das áreas mais favorecidas com as TICs é a área educacional, pois são vistas como potencializadoras dos processos de ensino–aprendizagem, possibilitando maior desenvolvimento, aprendizagem e comunicação entre todos.

A inserção bem sucedida de tecnologias requer a combinação de recursos financeiros para aquisição de máquinas e *softwares*, montagem de redes lógicas e elétricas, mobiliário adequado, viabilização de acesso à internet, manutenção bem como capacitação de docentes e técnicos na escola.

O Financiamento da Educação é uma política complexa, porque envolve legislação específica, desde a constituição (inclusive as emendas constitucionais), passando por leis ordinárias e um grande número de portarias interministeriais e de órgãos como o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), autarquia ligada ao MEC que operacionaliza convênios com transferência de recursos da união com estados e municípios na área educacional. Como financiamento se trata de garantir a efetividade da política educacional e a aprendizagem das crianças lá na ponta, é muito importante que os gestores tenham noção geral sobre o tema e sejam assessorados por técnicos competentes no assunto, pois decisões erradas podem prejudicar a atividade fim da educação.

Hoje grande parte das escolas públicas contam, através do Governo Federal, com o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) que é um programa educacional criado pela Portaria nº 522/MEC, de 9 de abril de 1997, promove o uso pedagógico das TIC's na rede pública de educação básica e articula ações de ampliação no número de laboratórios e capacitação dos docentes, a partir desta constatação: as TIC's na EE “João de Campos Borges” são utilizadas adequadamente como mediadoras da aprendizagem? Se há capacitações, o que falta aos professores para utilizarem dos benefícios das TIC's?

As TIC's podem enriquecer o fazer pedagógico bem como favorecer uma interatividade efetiva entre docentes, discentes e profissionais da educação. A esses sujeitos do processo educacional um convite às possibilidades no explorar, envolver e fazer parte dos recursos tecnológicos como ferramentas educativas ao ensinar e aprender.

1.1 Caracterização da Organização Pesquisada

A escola de Estudo será a Escola Estadual João de Campos Borges situada a rua B s/n Cohab Nhambiquara – Barra do Bugres/MT. Esta Unidade Escolar foi criada sob ato nº 3.033/90 publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 18/12/1990, pág.07.

Autorização pelo decreto nº 509/09 e credenciamento nº 395/09. Foi inaugurada no dia 19 de abril de 1.990, data coincidente com o aniversário do município, seu nome homenageia um dos pioneiros da cidade Sr. "João de Campos Borges", cuja família é de tradição na cidade.

São oferecidas na EE João de Campos Borges desde a 1ª fase do 1º ciclo até a 3ª fase do 3º ciclo (alfabetização a 8ª série/ 1º ao 9º ano). A clientela atual é constituída por 422 alunos regularmente matriculados. O corpo docente é constituído por professores capacitados, predomina os professores que tem formação em nível superior, cursando especialização.

A clientela da Instituição é composta por alunos que veem das áreas circunvizinhas à escola e de renda média à baixa. A unidade escolar elabora o planejamento anual, mas cada professor também elabora o seu em consonância com o Projeto Político Pedagógico.

Conta com 35 profissionais da educação destes 21 são professores todos com formação em nível superior. Tem 03 técnicos administrativos, 01 técnico do Laboratório de Informática, 07 apoios administrativo distribuídos em: 03 de vigilância, 02 merendeiras e 02 para manutenção da infra-estrutura (limpeza), também 01 articulador da aprendizagem, o diretor e o coordenador pedagógico.

Tem um Laboratório de Informática com 18 computadores em pleno funcionamento marcas: Positivo e ORO, 07 com sistema operacional Linux 3.0 e 11 com sistema operacional Windows XP, tem acesso a internet banda larga. A Estrutura física e lógica é boa embora ainda necessite adaptações e adequações, possui um switch D-Link com 24 portas sendo utilizado para compartilhamento à internet e roteador wireless DI524 que possibilita internet sem fio. Os computadores estão disponibilizados em mesa própria para o uso dos mesmos.

A escola disponibiliza do Sistema de Gerenciamento Educacional - SigEduca desenvolvido pela Secretaria SEDUC, que contribui para uma visão ampla do espaço escolar e reduziu os excessos de procedimentos aos quais as escolas estavam habituadas a executar. O SigEduca agrega áreas de gestão de pessoas, acadêmica, orçamentária e de infraestrutura escolar. O sistema faz com que os questionamentos/problematização sirvam de fio condutor do processo de auto avaliação da atual situação da unidade escolar (diagnóstico), bem como, de sua visão de futuro (marco referencial) e plano de ação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ADMINISTRAÇÃO

A Administração é um campo do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas e como ciência traz contribuição às organizações, pois possibilita fazer um raio x nos seus negócios e empreendimentos, de maneira que possam analisar, organizar e projetar o futuro, minimizando possíveis riscos.

O termo administração pode ser empregado de diferentes formas. Conforme afirma Chiavenato (1999) na administração dos novos tempos, conforme observa em outros autores, podemos nos referir, por exemplo, ao processo que gerentes executam para atingirem seus objetivos na empresa. Segundo o mesmo podemos encontrar definições de administração como sendo um conjunto de conhecimentos, informações acumuladas que fornecem noções de administrar e também pode se referir às pessoas que dirigem ou lideram empresas/organizações.

Para Chiavenato (1999, p.06) a administração constitui a maneira de utilizar os diversos recursos organizacionais - humanos, materiais, financeiros, de informação e tecnologia – para alcançar objetivos e atingir elevado desempenho. Para o mesmo administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso dos recursos organizacionais para alcançar determinados objetivos de maneira eficiente e eficaz.

A figura do administrador é essencial às organizações, qualquer que seja ela em relação a tamanho ou tipo. Segundo Chiavenato (1999) ele exerce suas atividades em três níveis organizacionais: nível institucional que é o nível mais elevado da organização devendo o administrador possuir visão estratégica definindo missão e objetivos fundamentais do negócio. Quando atua no nível intermediário articula internamente, é o nível do meio do campo onde o administrador deve possuir uma visão tática e o nível operacional que é mais baixo de todos, porém mais íntimo da organização onde se administra a execução e realização das tarefas e atividades, o administrador tem que possuir visão operacional.

Conforme Lacombe (2003), administração significa um conjunto de princípios e normas que tem como objetivo planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar esforços de um grupo de indivíduos que se associam para atingir um resultado comum. Aqui observa-se que essa definição engloba as cinco funções do administrador definida por Henri Fayol considerado o pioneiro da teoria da administração.

Já para Silva (2004) administração é um conjunto de atividades dirigidas à utilização eficiente e eficaz dos recursos no sentido de alcançar um ou mais objetivos ou metas organizacionais. Afirma que os serviços de administração são necessários e possuem as seguintes características: a administração é propositada; concernente à ideias, coisas e pessoas; é processo social; é força coordenada; é concernente com esforços de equipe; é uma

atividade; é um processo composto; age como força criativa e revigorante na organização; é disciplina dinâmica e intangível.

Por natureza a administração tem princípios, de acordo com Silva (2004) são dinâmicos; generalizados; relativos; inexatos e universais.

Na administração encontramos funções administrativas que são o conjunto de sequencias no processo administrativo como planejar, organizar, dirigir e controlar. E isto pode ser visto em praticamente todos os conceitos dos teóricos estudados, onde um complementa outro.

É de suma importância nos atentarmos as diversas definições ou utilizações empregadas à administração, pois é necessário compreender e respeitar conceitos e opiniões acerca do assunto.

Para Chiavenato (2004) toda organização é constituída de pessoas e de recursos não-humanos (como os físicos e materiais, financeiros, tecnológicos, mercadológicos, etc.). Cada organização tem seus objetivos, valores, missões, administradores, pessoal, problemas internos e externos, finanças, tecnologia, recursos básicos e políticas de negócios etc. E sem a administração as organizações não têm condições de existirem e crescerem.

Ainda segundo Chiavenato (2004), o administrador possui competências individuais distintas e habilidades técnicas, humanas e conceituais. As habilidades técnicas consistem em usar conhecimentos, métodos, técnicas e equipamentos onde o administrador realiza tarefas conforme sua experiência profissional; nas habilidades humanas discernem na capacidade de trabalhar junto às pessoas e em equipe; já nas habilidades conceituais lidam com idéias e conceitos abstratos relacionados ao modo de pensar, raciocinar, diagnosticar situações e formular alternativas de solução dos problemas.

O administrador define as estratégias, diagnostica situações, dimensiona recursos bem como planeja sua aplicação, resolvendo problemas gera inovações e competitividade. Então compete-lhe tomar decisões e utilizar de recursos de forma que cumpra os objetivos com êxito e efetividade.

2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

É tarefa árdua a busca incessante pelo conceito ou significado da palavra administração. Mas há aspectos facilitadores para real percepção do que significa administração pública.

Segundo Brito (2008), ao considerarmos as atividades da administração pública como aquelas que são disponibilizadas à coletividade e efetivamente prestadas a sociedade e em seu nome realizadas, é indubitável no rol de ações na moderna nomenclatura denominar administração pública como gestão de serviços.

De extrema relevância ao direito publico é a atividade administrativa, pois é através dela que o Estado desenvolve seus fins. É sabido que o bem comum é fim do Estado e para o bom desempenho da atividade administrativa o ente público deve estar munido de uma estrutura que atinja o objetivo primário que é a realização dos indivíduos e claro da sociedade como um todo.

Segundo Meirelles (2004, apud Junquillo, 2010), a Administração Pública significa a totalidade de serviços e entidades ligados ao Estado. E esse mesmo Estado atua solidamente visando satisfazer o bem comum de indivíduos em uma coletividade sob seu domínio, nas esferas federal, estadual e municipal do governo, podendo estas duas ultimas esferas gozarem de maior ou menor autonomia político-administrativa em relação à primeira. Cabe aos governos, a partir de uma outorga política para o comando, tomar as iniciativas e fixar objetivos do Estado e manter a ordem jurídica vigente.

Conforme a mesma autora a Administração Pública não pratica atos de governo; pratica apenas atos de execução, com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do órgão e de seus agentes.

Já Di Pietro (2007, p.49 apud Brito, 2008), define administração pública como o conjunto de agentes de Estado, compreendendo órgãos, serviços, autarquias etc. Visando o bem comum da sociedade pelo atendimento de suas necessidades, tais como segurança, saúde, educação, habitação, transporte etc.

Devemos ter sempre em mente que os fins da administração pública é sempre o bem comum da coletividade.

Conforme Junquillo (2010), o Estado é organizado pela Administração Centralizada ou Direta, que envolve entidades estatais como ministérios, secretarias onde o Estado atua diretamente e Indireta que são constituídas por autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas publicas bem como por entidades cooperativas ou paraestatais cujas pessoas jurídicas de direito privado atuam em cooperação com o Estado para realização de interesses estatais e as Organizações Não Governamentais (ONGs). As entidades de direito privado possuem personalidade jurídica própria, patrimônio e autonomia administrativa.

A administração publica é responsável legal e profissionalmente pela execução de escolhas políticas de governo partindo de instrumentos dispostos no Estado. *“Temos que a*

Administração Pública não pratica atos de governo; pratica apenas atos de execução, com maior ou menor autonomia funcional, segundo competência do órgão e de seus agentes”. (MEIRELLES, 2004 apud JUNQUILHO, 2010).

Segundo o que preceitua Meireles (2007) os princípios básicos da administração são comandos de otimização de determinadas condutas. Destarte, a administração pública é regida por princípios que devem ser observados de forma obrigatória pelo Estado.

Os princípios básicos da Administração Pública estão dispostos na Constituição Federal de 1988 no artigo 37, indicando ao administrador a maneira de proceder e quais limites, sendo que cada princípio deve ser realizado sempre da melhor forma possível dentro dos casos concretos visto na administração. Então os princípios administrativos são:

- **Legalidade:** de maior importância, o administrador deve realizar todas as atividades nos ditames legais, jamais se afastar do que a lei determina;
- **Impessoalidade:** a administração dentro de suas atribuições deve exercê-las usando de impessoalidade tanto em relação a própria Administração quanto em relação aos seus administrados;
- **Publicidade:** exige a ampla divulgação dos atos praticados pela administração pública, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei;
- **Moralidade Administrativa:** a falta de moralidade administrativa acarreta a nulidade do ato, integra o direito como elemento inafastável na aplicação e sua finalidade;
- **Eficiência:** relaciona-se ao modo de atuação do agente público, onde se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições para lograr melhores resultados. Também em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a administração pública com o objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.

Então o artigo 37 da Constituição Federal emprega a expressão Administração Pública nos dois sentidos:

(1) Como conjunto orgânico, ao falar em Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(2) “Como atividade administrativa, quando determina sua submissão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, da licitação e os de organização do pessoal administrativo...”.

Nesse sentido podemos dizer que a Administração Pública é um conjunto de órgãos, bens, serviços e pessoas subordinadas ao Poder Executivo, com a finalidade de prestar serviços públicos.

Cabe ao administrador público em relação aos poderes e deveres desde sua investidura desempenhar suas atividades a contento. O poder sempre decorre da lei, moral administrativa expressando o interesse coletivo. Tem como deveres: ação, probidade, prestar contas e ser eficiente.

2.3 GESTÃO EDUCACIONAL

Gestão democrática tem sido muito discutida atualmente visando transformações da realidade educacional, direcionam a descentralização de poder, a necessidade de um trabalho voltado à participação da comunidade e dos segmentos das escolas para um envolvimento da sociedade como um todo.

A gestão da educação é uma alternativa para superação, segundo Barroso:

De uma crise geral do modelo de organização e administração que esteve na origem do sistema público nacional de ensino. A tentativa de superação desta crise tem levado a adoção de diferentes medidas de caráter político, administrativo e pedagógico de que sobressai a gestão local da educação, que inclui não só a descentralização municipal e o reforço da autonomia das escolas. (BARROSO, 2002 p.173)

Podemos afirmar que a gestão é uma prática social e política, sendo com isso contraditória e parcial, podendo gerar formas administrativas autoritárias ou participativas. Estas dependem dos sujeitos que estão envolvidos no processo administrativo/educacional.

Para Mello,

a gestão democrática que caracterizou a primeira etapa das reformas da educação, no início dos anos 80, foi marcada pela descentralização e pela desconcentração. A Constituição de 1988 estabelece o regime de colaboração entre estados e municípios, a participação de professores, alunos e comunidade na vida escolar e certa autonomia pedagógica das escolas. No entanto, o paradigma curricular continuou fragmentado por disciplinas e entre núcleo comum e parte diversificada. Com a segunda etapa das reformas, no início dos anos 90, e com a promulgação da nova LDB, foram resgatadas as preocupações pedagógicas em um novo contexto, dado às escolas uma autonomia mais concreta: financeira, administrativa e pedagógica. A LDBEN/96 dá às escolas liberdade e responsabilidade para elaborar a sua proposta pedagógica, incluindo currículo e organização escolar, e aos docentes a incumbência de zelar pela aprendizagem de seus alunos, entendendo-se aprendizagem como a aquisição de competências básicas e essenciais necessárias ao indivíduo para a sua inserção na sociedade de forma justa e igualitária. Nesta lei, o direito de aprender ganha lugar de destaque. (MELLO, 2004 apud Aquino, 2008)

Este novo modelo de gestão educacional inclui a viabilização de formas alternativas de mobilização de diferentes atores sociais, que compartilha a tarefa educativa relativizando a atuação direta bem como a responsabilidade estatal na área da educação.

A prática da gestão escolar está em contínuo movimento frente à contemporaneidade. A necessidade de políticas públicas acompanha a história da sociedade e, por conseguinte da educação. As resoluções legais e normativas evoluem, mas é preciso unir o texto legal com a realidade da sociedade.

Conforme afirma Saviani (1996), a gestão do mundo globalizado e a gestão educacional têm a necessidade de estarem alicerçadas com ideais compartilhados nas tomadas de decisões sobre a formação dos cidadãos para que os mesmos sejam aptos a dirigir o mundo e as instituições. Compreende a educação como uma mediação que se realiza num contexto social e que se faz a partir das determinações da contemporaneidade, a partir do ser que aprende, necessário se faz adentrar a estes dois mundos para cumprir com a responsabilidade de formar cidadãos livres, ativos e participativos.

E de acordo com Lima (2008), a gestão da educação pode ser entendida como um dos agentes responsáveis por garantir a qualidade da educação, é o processo de mediação no seio da prática social global, pois se constitui em um mecanismo de atualização cultural, histórica e de formação humana do homem, ultrapassando formas racionais, técnicas e mecânicas que caracterizaram a educação por muitos anos. Tomadas de decisões conscientes embasadas em objetivos e ações pedagógico-políticas são estratégias básicas para se atingir qualidade e equidade em uma gestão educacional.

Concordamos com Santos (2005), que diz ser pertinente quando a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) que a gestão está inserida na administração e define gestão como sendo a coordenação ou direção de uma prática, um conjunto de atividades que expressa à prática no processo de intervenção.

Nas palavras de Battomore (1998 apud Santos, 2005, p.20)

A administração é considerada como dimensão inerente à prática educativa. Ela abrange o conjunto de normas, diretrizes e práticas/atividades que garantem o significado e o sentido histórico do que se faz, a unidade do conjunto na diversidade de sua concretização. A administração da educação engloba política, o planejamento, **a gestão** e a avaliação. (grifo nosso)

Percebemos com isso que administrar a educação abrange a gestão como um todo no seio da prática educativa e esta deve ser vista e gerenciada dentro do seu contexto geral, tanto que para Saviani (1996), a gestão atualmente necessita ser vista a partir do contexto social,

econômico, político, cultural e tecnológico, levando em consideração as novas tecnologias que estão chegando às escolas.

Cabe ao gestor educacional gerenciar o processo escolar, de forma qualitativa e de excelência, perpassando o processo educativo até questões administrativas equilibrando tais questões e comprometer-se com a educação de qualidade e fazendo uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) de maneira comprometida e eficaz.

2.4 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs)

Uma organização qualquer que seja sua atividade fim, deve ser uma organização aprendiz. Criando, adquirindo, transferindo conhecimentos e alterando comportamentos baseado nos novos conhecimentos. A escola é uma organização que ensina como também aprende.

Conforme define Turban (2010) um sistema de informação coleta, processa, armazena, analisa e dissemina informações mediante um propósito específico. Um sistema de informação inclui entradas e saídas. Processa entradas utilizando tecnologia, como computadores e produz saídas enviadas para usuários ou sistemas via redes eletrônicas. Inclui também pessoas, procedimentos e instalações físicas operando dentro de um ambiente, embora a maioria seja, nem todos os ambientes são necessariamente computadorizados.

A década de 90, marca segundo Chiavenato (2004), a era da informação, devido o impacto provocado pelo desenvolvimento tecnológico e a tecnologia da informação. Na era da informação, o capital financeiro cede o trono para o capital intelectual. A nova riqueza passa a ser o conhecimento recurso este mais valioso e importante em uma organização.

Na afirmação de Araujo, 2004 citado por Santos, 2008, observamos que:

A Tecnologia da Informação não deve ser trabalhada e estudada de forma isolada. Sempre é necessário envolver e discutir as questões conceituais dos negócios e das atividades empresarias, que não podem ser organizadas e resolvidas simplesmente com os computadores e seus recursos de *software*, por mais tecnologia que detenham. (ARAUJO 2004 apud SANTOS 2008, p.96)

De acordo com Laurindo (2008, p.02) o conceito de tecnologia da informação deve ser entendida de forma ampla, que englobe sistemas de informação, telecomunicações e automação, bem como todo um espectro abrangente de tecnologias (*hardware e software*), cada vez mais interligadas e convergentes, utilizadas pelas organizações para fornecer dados, informações e conhecimento.

Para Turban et al (2010) tecnologia da informação, em seu sentido mais amplo, é a coleção de sistemas de informação de uma organização, seus usuários e a gestão que os administra.

Na administração pública especificamente falando na Gestão Educacional a tecnologia da informação é um modelo social que fornece, direta ou indiretamente, serviços aos cidadãos. A utilização da informática e telecomunicações viabiliza fornecimento mais eficaz dos serviços como por exemplo registros escolares tais quais: diário eletrônico, boletins, matrículas, atestados, dados funcionais, prestação de contas, planejamentos, regimento escolar, projeto político pedagógico, pesquisas, aulas virtuais, dentre outros.

As tecnologias educacionais complementam a qualificação nos processos educacionais tanto no ensino como na aprendizagem, mas sua efetividade depende dos recursos utilizados no contexto escolar. A escola deve apropriar das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) inovando o processo ensino-aprendizagem e também democratizar ainda mais a Educação.

A informação e o conhecimento não se encontram mais fechados no âmbito da escola, mas foram democratizados. O novo desafio que se abre na educação, frente a esse novo contexto, é como orientar o aluno a saber o que fazer com essa informação, de forma a internalizá-la na forma de conhecimento e, principalmente, como fazer para que ele saiba aplicar este conhecimento de forma independente e responsável.

Moran, no seu livro “Educação que Desejamos Novos Desafios e Como Chegar Lá”, procurou retratar e discutir as mudanças que as tecnologias trazem para a educação presencial e a distância, em todos os níveis de ensino, sem esquecer o papel que professores e gestores terão que desempenhar nessa revolução. O mesmo também argumenta que as redes digitais possibilitam organizar o ensino e a aprendizagem de forma mais ativa, dinâmica e variada, privilegiando a pesquisa, a interação e a personalização dos estudos, em múltiplos espaços e tempos presenciais e virtuais.

Segundo Amelia Hamze², as tecnologias de informação são as formas de gerar, armazenar, veicular e reproduzir a informação. As tecnologias de comunicação são as formas de difundir informação, incluindo as mídias mais tradicionais, da televisão, do vídeo, das redes de computadores, de livros, de revistas, do rádio, etc. Com a associação da informação e da comunicação (TIC’S- Tecnologia da Informação e Comunicação) há novos ambientes de aprendizagens, novos ambientes de interação.

² Amelia Hamze Educadora/Profª UNIFEB/CETEC e FISO – Barretos disponível em <http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/as-tics-na-pratica-pedagogica.htm> acesso em 17/06/12

As TICs sendo utilizadas adequadamente na educação pode desencadear processos contínuos e dinâmicos não só nos processos de ensino e aprendizagem como também no suporte administrativo-pedagógico, no entanto, suas competências consistem no investimento em formas de capacitar, estruturar e dar condições para que o uso criativo e constante sejam simplificadas e tragam benefícios reais à educação.

Segundo Moran 2001,

Temos um número significativo de professores desenvolvendo projetos e atividades mediados por tecnologias. Mas a grande maioria das escolas e professores ainda está tateando sobre como utilizá-las adequadamente. A apropriação das tecnologias pelas escolas passa por três etapas, até o momento. Na primeira, as tecnologias são utilizadas para melhorar o que já se vinha fazendo, como o desempenho, a gestão, para automatizar processos e diminuir custos. Na segunda etapa, a escola insere parcialmente as tecnologias no projeto educacional. Cria uma página na Internet com algumas ferramentas de pesquisa e comunicação, divulga textos e endereços interessantes, desenvolve alguns projetos, há atividades no laboratório de informática, mas mantém intocada a estrutura de aulas, disciplinas e horários. Na terceira, que começa atualmente, com o amadurecimento da sua implantação e o avanço da integração das tecnologias, as universidades e escolas repensam o seu projeto pedagógico, o seu plano estratégico e introduzem mudanças significativas como a flexibilização parcial do currículo, com atividades a distância combinadas as presenciais³.(Moran, 2001)

Com a utilização adequada de computadores/laboratórios de informática na educação há contribuições importantes como a social e a pedagógica. Conforme Kampff (2007, p.35) a social é referente à criação de uma cultura tecnológica de base, favorecendo a inclusão digital e inclusão social visto que estudantes manuseiam bem ferramentas requisitadas nos diversos contextos profissionais e necessárias ao acesso cada vez maior de informação e serviços oferecidos pelo próprio governo e a pedagógica que se refere a qualificação do ensino e aprendizagem, pois com os recursos multimídias o atendimento às múltiplas inteligências é favorecido, com as ferramentas é favorecido, com as ferramentas de colaboração o conhecimento é construído coletivamente.

Sousa (2009, p. 1758) defende que:

Informática na Educação é hoje uma das áreas mais fortes da Tecnologia Educacional e uma reflexão sobre os significados do termo “tecnologia” bem como integrá-las à prática pedagógica é um bom começo para uma perspectiva ampla sobre as possibilidades e limites das novas tecnologias da informação (TI) no cotidiano da escola.

É interessante também salientar que as tecnologias não vieram para resolver os problemas da Educação, não pode ser posta como sendo um remédio que cura todos os males que ainda pairam no processo ensino aprendizagem. É preciso ter cautela, cuidados e saber

³ Artigo de Jose Manuel Moran, disponível em http://www.eca.usp.br/prof/moran/redes_aprendizagem.htm acesso em 04/06/12

utilizar esses aparatos de forma correta, pois os mesmos têm seu lado bom com seu lado ruim e este pode por ventura ser prejudicial ao processo educacional. Silva, nos alerta para alguns desses cuidados e destacamos aqui uns dos quais consideramos de suma importância.

O segundo cuidado que eu gostaria de explicitar em relação à formação de leitores para a interação com as diferentes mídias diz respeito à problemática da solidão. Enfatizo que é muito curta a distância entre solidão, isolamento, desamparo e exclusão social. De fato, no caso de excesso de interação com os elementos do mundo virtual, o sujeito pode ser levado a se esquecer do mundo real e da necessidade de interação com seres de carne e osso. Isso pode parecer paradoxal, mas pode acontecer que, ao se sentir parte de um universo virtual intergaláctico, a pessoa se sinta solitária e desprotegida interiormente, neurotizando-se e auto-excluindo-se cada vez mais. (SILVA, 2003, p. 5)

Então é preciso cuidado para não contribuirmos para esse isolamento, bem como para o desvio de finalidades, até mesmo porque as tecnologias não fazem educação por si só, são aparatos que contribuem para uma maior dinâmica no ensino aprendizagem.

2.5 Políticas públicas implantadas para uso das TICs

As políticas públicas se materializam quando as legislações são cumpridas, e isto faz com que a cidadania dos indivíduos seja respeitada. No entanto, muitos desafios são colocados em relação a garantia efetiva à educação.

As políticas públicas educacionais caminham para mudanças significativas, mas é preciso perceber seu distanciamento nas aulas. Os currículos escolares pouco potencializam as TICs nas práticas escolares. Ao incorporar essa cultura curricular estaremos agindo efetivamente à prática pedagógica, as TIC nas práticas escolares é um oportuno compromisso político-pedagógico, pois em sentido contrário seria reforçar a exclusão sócio-educacional.

O Financiamento da Educação é uma política complexa, porque envolve legislação específica, desde a constituição (inclusive as emendas constitucionais), passando por leis ordinárias e um grande número de portarias interministeriais e de órgãos como o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), autarquia ligada ao MEC que operacionaliza convênios com transferência de recursos da união com estados e municípios na área educacional. Como financiamento se trata de garantir a efetividade da política educacional e a aprendizagem das crianças lá na ponta, é muito importante que os gestores tenham noção geral sobre o tema e sejam assessorados por técnicos competentes no assunto, pois decisões erradas podem prejudicar a atividade fim da educação.

Hoje grande parte das escolas públicas contam, através do Governo Federal, com o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) que é um programa educacional criado pela Portaria nº 522/MEC, de 9 de abril de 1997, promove o uso pedagógico das TIC's na rede pública de educação básica e articula ações de ampliação no número de laboratórios e capacitação dos docentes.

Conforme a Secretaria de Estado de Educação (Seduc)⁴ Mato Grosso aparece em posição de destaque no cenário nacional no quesito formação de profissionais, ofertada por meio do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo), que promove o uso das tecnologias e Comunicações (TICs) na rede pública. Informações da coordenação de Formação e Tecnologia aponta o Estado na primeira colocação global, com cerca de 31 mil formações, frente as demais unidades federativas.

No ano de 2010, um total de 16.102 profissionais participaram de formação em Introdução à Educação Digital (IED), com carga horária de 40h/aulas. Outros 11,6 mil participaram das aulas em TICs: Tecnologia da Educação, que tem carga horária de 100h/aula. E ainda 3,9 mil participaram das atividades desenvolvidas por meio do Projeto Integrado de Tecnologia de Currículo (Pitec), que possui carga horária de 40h/aulas. As informações constam no Sistema de Informações-Proinfo.

Edevamilton de Lima Oliveira, coordenador de Formação e Tecnologia, que atua junto a Superintendência de Formação da Seduc/MT, explica que todas as capacitações foram ofertadas por meio dos 15 Cefapros (Centro de Formação e Atualização de Professores) e também por meio dos Núcleos de Tecnologias Municipais (NTEs) das cidades de Várzea Grande, Sinop e Terra Nova do Norte. Em Cuiabá o NTEs estão em fase de estruturação. As capacitações já ocorrem neste ano de 2012.

Devido à demanda de profissionais a serem capacitados ser grande, o Ministério da Educação (MEC) disponibiliza recursos para contratação de multiplicadores bolsistas que atuam junto aos Cefapros. “O processo de seleção é feito por cada Cefapro, via recursos do FNDE, para a contratação. Cabendo aos Cefapros a formação e à Seduc a gestão dos contratos. No ano passado os investimentos com o pagamento dos mutiplicadores chegou a R\$ 1,171 mi.

O mesmo pontua que “o foco do programa é o atendimento daqueles profissionais que atuam em unidades que possuem laboratório de informática e, a partir de 2011, o Proinfo

⁴ Texto redigido por Patricia Neves/Assessora Seduc/MT disponibilizado no site da Seduc com poucas alterações: www.seduc.mt.gov.br/conteudo.php?sid=20&cid=10698&parent=20 acesso em 20/09/12

concedeu aos Estados a possibilidade de adesão direta as atas. Na prática, os Estados poderão fazer a aquisição de maneira direta.

De acordo com o portal do Ministério da Educação⁵ o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) é uma ação da Secretaria de Educação a Distância (SEED) e objetiva instalar laboratórios de computadores nas escolas urbanas e rurais do ensino básico brasileiro. Assim, o Ministério da Educação, por meio da SEED, atua como um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e das técnicas de educação à distância aos métodos didáticos-pedagógicos.

Além disso, possibilita a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras. É, portanto, um programa educacional que promove o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica, levando às escolas computadores, recursos digitais bem como conteúdos educacionais. E ainda segundo o portal em contrapartida os estados, o Distrito Federal e os municípios devem garantir a estrutura adequada, segundo orientação do MEC, para receber os laboratórios e capacitar os educadores para o uso das máquinas e tecnologias.

O Proinfo disponibiliza, para todos os equipamentos que foram distribuídos, garantia contra defeitos de fabricação e assistência técnica para manutenção (cada município conta com seu Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE - o prazo da garantia de acordo com o pregão descrito no computador). Equipamentos de informática não são simples e nem baratos, por isso é altamente recomendável que a manutenção seja executada por pessoas habilitadas.

Desta forma, é muito importante que os técnicos do NTE ao qual a unidade escolar é vinculada estejam sempre informados sobre as aquisições e possíveis problemas nos equipamentos do laboratório de informática.

Além dos laboratórios de informática oferecidos pelo programa, o Governo Federal lança o programa de formação, direcionado aos professores e gestores escolares (diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos) com intuito de oferecer recursos didático-pedagógicos das TICs no cotidiano escolar. Neste contexto surge o Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional – ProInfo Integrado.

O ProInfo Integrado é um programa de formação voltada para o uso didático pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do

⁵ MEC. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=244&Itemid=462&msg=1 acesso em 27/10/12

2.6 O Uso das TICs na Escola Estadual “João de Campos Borges”

O laboratório de informática foi implantado na Escola Estadual “João de Campos Borges” - CNPJ 02506852/001-80 no dia 17 de abril de 2002, através de um contrato particular de comodato entre o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE) e a Organização não governamental Moradia e Cidadania. Na época o CDCE era representado pelo presidente Ronaldo Gomes dos Santos e diretora Ignez Dias Nunes dos Santos que não mediram esforços para que o laboratório realmente fosse garantido, mantido e em pleno funcionamento.

O convênio foi celebrado com a parceria da Caixa Econômica Federal, a Associação Brasileira Profissionalizante, Cultural e Preservação do Meio Ambiente e gerenciado pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário (PRODEC) da Cohab Nhambiquara dando assistência (consertos e reparos) nos equipamentos bem como a contratação do professor na área. A clientela atendida naquele momento eram todos os alunos, professores e comunidade local (bairro).

Para iniciar as atividades foi elaborado pela professora Ana Claudia Lemes de Moraes o projeto Introdução à Informática ressaltando a importância e os benefícios que a informática dispunha como disciplina escolar para comunidade em geral, sendo justificado pelos acontecimentos frente às novas mudanças que ocorriam e ocorrem não só para a escola como para outras entidades, sendo necessário acompanhar os avanços tecnológicos já que o mundo atual comunica-se através dos computadores e internet. O laboratório funcionava com 08 computadores adquiridos através de doações feitas pelos parceiros, com atendimento no período diurno e noturno.

O projeto teve êxito e logo em seguida a Escola foi contemplada com o Programa GESAC (internet comunitária) do governo federal com acesso à internet via satélite e no mesmo ano também houve a contemplação pelo programa PROINFO também do governo federal com conexão internet banda larga e mais computadores (estes todos novos).

Hoje o laboratório de informática (L.I.) tem 18 computadores em pleno funcionamento marcas: Positivo e ORO, 07 com sistema operacional *Linux* 3.0 e 11 com sistema operacional *Windows XP*, tem acesso a internet banda larga. A Estrutura física e lógica é boa embora ainda necessite adaptações e adequações, possui um *switch D-Link* com 24 portas sendo

utilizado para compartilhamento à internet e roteador *wireless* DI524 que possibilita internet sem fio. Os computadores estão disponibilizados em mesa própria para o uso dos mesmos.

O L.I. tem como responsável um técnico administrativo na função de técnico de laboratório cursando nível superior em Ciências da Computação pela Universidade Estadual de Mato Grosso que monitoriza e auxilia os professores nas aulas/pesquisas programadas antecipadamente bem como aulas áudio-visuais e ou filmes educativos.

Para manter o Laboratório em funcionamento e organizado o mesmo elaborou regras e todos devem seguir as orientações abaixo citadas:

- 1- O acesso ao Laboratório esta condicionado à presença do Professor (a) da Disciplina para qual, o Laboratório esta reservado;
- 2- O Laboratório deverá ser agendado sempre com antecedência;
- 3- Não usar o equipamento de forma inadequada como: colar adesivos, dar soco nos computadores desligar o computador de forma incorreta;
- 4- Realizar os Trabalhos que o professor (a) solicitar;
- 5- Não colocar os dedos na tela, ou objetos como, por exemplo: canetas, lápis ou qualquer objeto que possa danificar a aparência dos computadores;
- 6- Não perturbar o ambiente com brincadeira, algazaras e/ou qualquer outra atividade alheias as atividades pedagógicas;
- 7- Não consumir e portar alimentos nas dependências do laboratório;
- 8- Não acessar chats, jogos, pagina de relacionamento, conteúdos impróprios ou outros sites não relacionados a atividades escolares, exceto com autorização do professor;
- 9- Não brigar como os colegas e nem correr no Laboratório;
- 10- Não deixar lixos no chão e nas mesas;
- 11- Não modificar a localização de periféricos e componentes dos computadores de onde estão instalados, tais como monitor, teclado e mouse;
- 12- Não alterar as configurações dos computadores e programas;
- 13- Utilizar fones de ouvido, webcam somente com a permissão do professor e técnico do Laboratório.

Neste ano letivo de 2012, o laboratório foi mais utilizado como instrumento de práticas pedagógicas e não apenas para redes sociais como de costume anteriormente.

Conforme o técnico atual informou, infelizmente ainda são poucos os professores que fazem uso do laboratório para enriquecer suas aulas e próprio conhecimento. De 21 professores em efetivo exercício em média 07 fazem uso do laboratório para pesquisas em geral e por vezes aplicação do conteúdo relacionado à atividade em sala de aula.

Ainda conforme relato do técnico pelo período trabalhado observa que poucos professores utilizam o L.I. para lançamento do Diário Eletrônico, alguns demonstram domínio em relação ao diário mas existem os que apresentam dificuldades e resistências a era digital. Lamenta também em relação ao desrespeito por parte de alguns alunos em relação às regras atribuídas ao L.I.

3 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS

Pensar é voar sobre o que não se sabe. Não existe nada mais fatal para o pensamento que o ensino das respostas certas. As respostas nos permitem andar sobre a terra firme. Somente as perguntas nos permitem entrar pelo mar desconhecido. (Rubem Alves)

Um grande desafio é educar para o processo de orientação ao conhecimento e a educação só acontece e se faz com pessoas. Importante antes de iniciarmos a análise dos dados coletados feito através de questionário dicotômico e múltipla escolha, dizermos que a educação reflete a sociedade em que está inserida.

É imprescindível pensarmos e refletirmos nossas ações diárias para desenvolvermos uma compreensão do que é essencial naquilo que fazemos. Por isso, iniciamos nossa pesquisa com os docentes os quais afirmam que a Unidade Escolar disponibiliza de laboratório de informática sendo que todos fazem uso das Tecnologias da Informação e Comunicação ao menos uma vez por semana.

Se contradizem ao afirmarem que sentem-se preparados para o uso das TIC's porém dominam “parcialmente” o uso das tecnologias e na opinião da maioria têm perspectivas regulares em relação ao processo ensino-aprendizagem X TIC's, com contribuição parcial ao ensino, sendo que apenas a metade inclui as tecnologias em seu planejamento anual.

Entre as competências atribuídas ao professor está o saber utilizar as novas tecnologias. Para Perrenoud (2000 *apud* CAPELLÃO, 2007, p. 36) “o professor deve buscar apropriar-se das tecnologias, conhecê-las, explorá-las e utilizá-las, conforme o seu planejamento, e em situações em que propiciem ganhos pedagógicos”.

Os professores afirmam ainda que não há computadores suficientes para demanda escolar, a Unidade disponibiliza das mídias: TV, DVD, datashow, internet, computador, revista. Exceto a última citada, a maioria faz uso das mídias disponibilizadas.

Segundo a educadora Amélia Hamze (2012), o professor deve colocar as tecnologias como aliadas para facilitar o seu trabalho docente. Deve-se usá-las no sentido cultural,

científico e tecnológico, de modo que os alunos adquiram condições para enfrentar os problemas e buscar soluções para viver no mundo contemporâneo. Ao professor cabe o processo de decisão e condução do aprendizado.

São cientes de que há recursos e programas oferecidos pelo órgão central, há oferta de cursos de capacitação e que, embora parcial, há garantia e suporte técnico das TIC's na Escola, mas desconhecem que os programas ofertados são de origem do governo federal, ou seja, PROINFO.

Os docentes responderam que se enquadram na busca pela atualização referente às tecnologias. No entanto fazem uso do laboratório e demais mídias geralmente 01 vez por semana, para KAMPPF (2007, p.35) o “professor deve estar atualizado e, conscientemente, optar por quais tecnologias utilizar nos projetos educativos, compreendendo o conhecimento cada vez mais como um processo contínuo de construção colaborativa, do qual ele é orientador”. Conseqüentemente alunos ativos e motivados, os resultados de aprendizagem tendem a ser positivos e duradouros.

Os alunos em geral aprendem com facilidade e rapidez, porém cansam-se mais fácil ainda diante às práticas repetitivas do ensino cotidiano. Em plena era do conhecimento e num mundo de constantes transformações, os mesmo anseiam por novidades, motivações e envolvimento ao que está inserido no processo ensino-aprendizagem.

Sobre acompanhamento da equipe gestora na utilização das TIC's houve apenas uma resposta de que às vezes há.

Introduzir e utilizar recursos da informática na educação deve partir do profissional da educação em todos os níveis devendo planejar as atividades de modo a explorar os recursos existentes na escola bem como das várias iniciativas do governo como suporte ao desenvolvimento da atividade planejada para aquisição de informação e conhecimento, aqui cabe também a equipe gestora aproveitar as oportunidades para criar uma dinâmica coletiva garantindo a lei mas mediando a equidade, cooperação e aprendizagem significativa.

Na última questão propusemos uma questão aberta para que os docentes sugerissem à equipe gestora e ou órgão central (SEDUC/CEFAPRO) melhorias e anseios em relação ao tema. A maioria sugeriu mais cursos de capacitação direcionados exclusivamente a inclusão de conteúdos, didáticas e contextualizações a realidade escolar bem como melhorias na infraestrutura e manutenção das máquinas, e aquisição de computadores para que supra a demanda da escola.

Com propriedade Demo afirma em seu artigo Inclusão digital – cada vez mais no centro da inclusão social sobre o interesse quanto à discriminação digital contra imensos

segmentos sociais pobres, situação em geral agravada pela má qualidade da escola pública. Diz ainda que tal questão detém enorme complexidade. Primeiramente não podemos imaginar na possibilidade de saltos no atraso tecnológico nacional ou por cima da **necessidade de infraestruturas adequadas**. Em muitos interiores, como é o caso do nosso município e especificamente da escola em questão, a infraestrutura é ainda precária para abrigar a nova mídia em condições a contento. E segundo, a inclusão digital na escola depende quase que exclusivamente da qualidade docente, no sentido de que os professores precisam instruir-se melhor, mas geralmente o curso de Pedagogia e a licenciatura não fazem e não proporcionam formação para isso, além das adversas condições socioeconômicas.

Analisando os dados coletados em relação aos alunos do 6º ao 9º ano da escola que responderam as questões que propusemos aos mesmos em nossa pesquisa de campo, o que se pode observar é que todos de maneira geral fazem uso de mídias no seu cotidiano, sendo mais utilizada a internet seguida da televisão. A partir disso percebe-se que os alunos tem certa familiaridade com esse ambiente de mídias, o que sem dúvida já facilita a introdução dessas tecnologias como sendo um aparato para contribuir no processo de ensino-aprendizagem no ambiente escola e fora dele.

Como afirma MORAN (2009) um dos grandes desafios para o educador é auxiliar e tornar a informação significativa, selecionar as informações que são verdadeiramente importantes mediante tantas possibilidades, compreendendo de forma abrangente e aprofundada.

Podemos verificar que para melhor contribuir basta que didaticamente falando, a escola com seu grupo de profissionais docentes que participam da formação intelectual de seus alunos, planeje e crie estratégias adequadas para uma boa e adequada utilização das TICs como sendo um veículo importante, interessante e atrativo na interação com o conteúdo desenvolvido e facilitador do entendimento desse conteúdo.

O que se percebe que mesmo os alunos tendo uma afinidade maior com a tecnologia da internet, ela ainda é pouca utilizada pelos profissionais da escola como uma ferramenta facilitadora da aprendizagem, pois ao serem questionados em relação a frequência do uso do laboratório, segundo eles utilizam “às vezes”. Ao mesmo tempo se contradizem, pois quando questionados se “Os conteúdos em sala de aula são utilizados no laboratório de informática?”, a maioria disseram que sim. Sendo que até mesmo alguns professores responderam que utilizam bimestralmente o laboratório de informática para o desenvolvimento de suas práticas de ensino com seus alunos.

Uma outra inquerência que detectamos, foi que grande parte dos alunos responderam que se sentem motivados pelos professores a utilizar as tecnologias. Ai fica a indagação: Como os professores motivam se poucos utilizam as ferramentas de mídias em suas aulas?

O uso adequado das TICs certamente trazem muitos benefícios para o processo ensino-aprendizagem. Isso ficou evidente na pesquisa com os alunos, onde a maioria disseram acreditar que as tecnologias de comunicação e informação auxiliam no aprendizado bem como quase todos afirmaram que gostariam de ter inovações em seu estudos, sem dúvidas essas inovações perpassam pela utilização das TICs no processo ensino-aprendizagem.

Moran (2009) diz:

O conhecimento depende significativamente de como cada um processa as suas experiências quando criança, principalmente no campo emocional. Se a criança sente-se apoiada, incentivada, ela explorará novas situações, novos limites, expor-se-á a novas buscas. Se, pelo contrario, sente-se rejeitada, rebaixada, poderá reagir com medo, com rigidez, fechando-se defensivamente diante do mundo, não explorando novas situações. (MORAN, 2009, p. 26a)

Um dado interessante na pesquisa é que a maioria dos alunos responderam que os professores ensinam como pesquisar. Observa-se que mesmo pouco utilizando o laboratório de informática, mas o pouco que utilizam e realizado para um determinado fim que é importante para aquisição do conhecimento que é o ato de pesquisar, de certa forma são apoiados e tendem a explorarem novas situações.

A palavra pesquisar nos remete de imediato a mídia internet, onde podemos desenvolver uma aprendizagem além de significativa, cooperativa. Moran (2009) afirma:

A Internet é uma mídia que facilita a motivação dos alunos, pela novidade e pelas possibilidades inesgotáveis de pesquisa que oferece. Essa motivação aumenta se o professor cria um clima de confiança, de abertura, de cordialidade com os alunos. Mais que a tecnologia, o que facilita o processo de ensino-aprendizagem é a capacidade de comunicação autentica do professor estabelecer relações de confiança com os seus alunos, pelo equilíbrio, pela competência e pela simpatia com que atua.(MORAN, 2009, p.53b)

Por isso, um fato que nos chamou atenção é que boa parte dos alunos tem computador em casa com acesso à internet, o que facilitaria a exploração dessa mídia propiciando a criação de uma sítio na internet auxiliando na discussão de conteúdos por intermédio de fóruns, atividades extraclasse com envio de arquivos e outros. Como os alunos afirmaram que utilizam a internet mais para pesquisa e comunicação, certamente essa mídia seria um veículo muito atrativo para a discussão de certos conteúdos e conseqüentemente o enriquecimento da aprendizagem dos envolvidos nesse processo.

Segundo Masseto (2009), pelo recurso internet dispomos de dinamicidade, atratividade, atualidades e facilidade de acesso, possibilitando infinitas informações,

oportunizando acesso às bibliotecas do mundo inteiro, variados centros de pesquisa, pesquisadores e especialistas e periódicos importantes de diferentes áreas do conhecimento.

Os alunos disseram que o laboratório de informática da escola oferece acesso e comodidade, isso é um dado importante, porque os mesmos se sentem bem nesse espaço, facilitando assim a utilização do mesmo como uma ferramenta importante no processo ensino-aprendizagem. Basta que a escola juntamente com os professores saibam utilizar de maneira adequada esse espaço que os alunos tanto gostam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa trouxe algumas questões a tona sobre gestão educacional e a utilização das tecnologias de informação e comunicação, especificamente da Escola Estadual “João de Campos Borges” no município de Barra do Bugres-MT.

Mas antes de avaliarmos o desdobramento geral, vale ressaltar sobre os limites do trabalho. Não podemos generalizar os resultados encontrados como sendo universal nem a nível de Mato Grosso muito menos brasileiro. Partimos da hipótese de contribuição social e pedagógica enfatizando as políticas públicas aplicadas em relação ao uso e garantia das novas tecnologias que contemplem a melhoria da qualidade de ensino e preparação dos envolvidos, incorporando os recursos tecnológicos em benefício da qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem para o mundo educacional, virtual e tecnológico de forma significativa e eficaz.

É fundamental a qualidade e competência da equipe gestora, esta entendendo as dimensões envolvidas no processo pedagógico e administrativo, mas vimos que o papel dos professores, em termos de motivação, ensino, capacitação é peça-chave para melhoria no processo ensino-aprendizagem e principalmente no desempenho dos alunos em relação ao uso correto e promissor das TIC's.

A área educacional é uma das mais favorecidas com as TIC's porque são vistas como potencializadoras dos processos de ensino-aprendizagem, possibilitando maior desenvolvimento, aprendizagem e comunicação entre todos.

Como visto, a gestão educacional/escolar de hoje é gerenciada por descentralização de competências e na visão de Carvalán (1999 p.153) no processo de descentralização o que era uma administração e gestão centralizada transformou-se intensivamente em uma gestão

descentralizada e vemos que todas as políticas educativas estão voltadas para maior autonomia das escolas, isto é, descentralizar a gestão financeira, gestão curricular, a gestão pedagógica propriamente dita, gestão de recursos humanos disponíveis etc. [...] além de exigir mais da educação e vinculá-la a setores sociais e econômicos, se ainda exige e que seja mais eficiente no aperfeiçoamento do processo educativo.

O processo de gestão educacional propõe a melhoria da qualidade de ensino ofertado, com o objetivo de promover o desenvolvimento de sujeitos proativos e participativos. A construção de uma escola com qualidade social exige que todas as pessoas envolvidas no processo conheçam os conceitos de gestão e a organização do trabalho educativo focadas na aprendizagem, no conhecimento e no exercício pleno da cidadania. Ferreira (2000) diz:

Uma boa ou má gestão educacional exercerá uma influência relevante sobre a possibilidade de acesso às oportunidades sociais da vida em sociedade, pois a organização da escola e sua gestão revela seu caráter excludente ou incluyente. A administração da educação diante destas questões indubitáveis defronta-se com a responsabilidade de avançar na construção de seu estatuto teórico/prático a fim de garantir que a educação se faça com a melhor qualidade para todos possibilitando, desta forma, que a escola cumpra sua função social e seu papel político institucional. (FERREIRA, 2000, p.296)

Segundo Martins (2007), educação é na prática o que possibilita instrumentalizar o indivíduo para o desenvolvimento de potencialidades, habilidades e apropriação de conhecimentos que lhe possibilitam alcançar níveis cada vez mais elevados de crítica, criatividade e autonomia, reconhecendo seu valor e capacidade de agir e transformar a realidade, com vistas à melhoria da sua qualidade de vida e da sociedade.

E dever do Estado a implementação de políticas públicas que garantam a qualidade social e educacional, assim como acesso e permanência de todos; construir espaços democráticos em que a sociedade atue e participe na definição, execução, gestão e avaliação das políticas públicas educacionais. Mister garantir e priorizar os recursos financeiros para educação pública, pois o compromisso além de ser financeiro é também com a qualidade na educação e ensino, no conhecimento historicamente construído.

Com os dados obtidos percebemos que há um distanciamento entre teoria e prática e que tanto alunos quanto professores ainda tem muitas dificuldades em relação a utilização das TIC's e suas contribuições nas maneiras de comunicar, trabalhar, decidir e pensar.

Infelizmente os alunos apenas se atém nas redes sociais como *facebook*, *MSN* e infraestrutura do prédio escolar, é certo que isso seja importante mas precisam ater-se a grande

gama de possibilidades que as TIC's podem lhes proporcionar. Evidentemente que os professores podem tirar proveito nas redes sociais basta aprofundar nos contextos e trabalhar a interdisciplinaridade de forma que crie situações-problemas e projetos bem direcionados e executados em prol as potencialidades didáticas e do saber.

Embora a escola tenha dificuldade em atingir todos seus objetivos, como sugestão nas escolas do ensino fundamental deveria ser inserida no currículo a disciplina de informática, para ser mais um instrumento no processo ensino-aprendizagem e espaço de concessão às novas tecnologias bem como mais capacitação aos docentes sendo esta mais próxima à realidade dos mesmos e das unidades escolares.

Sabemos que os alunos de hoje aprendem com muita facilidade e rapidez, porem cansam-se facilmente das práticas repetitivas do ensino cotidiano. Na constante transformação do mundo, eles anseiam sempre por mais e mais novidades. Mas, diferentemente de alguns discursos atuais, os alunos (a maioria da escola pesquisada) ao serem indagados sobre *Word*, *hardware*, *softwares*, *Power-point*, etc não demonstraram conhecimento a respeito do que seja.

Para Perrenoud (2000):

Formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de observação e de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação. (PERRENOUD, 2000, p. 128)

Fleury e Fleury (2001, p. 188) definem competência como “[...] um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”. Por isso é imprescindível tanto gestores públicos quanto governantes tenham competências e mobilizem-se para o ensinar e educar com qualidade, visando a formação integral dos envolvidos.

As políticas públicas da educação disponibilizam de programas como por exemplo o Proinfo que objetiva instalar laboratórios de informática nas escolas urbanas e rurais e promove o uso das tecnologias e Comunicações (TICs) na rede pública. Mas para que na prática isso funcione a contento, e que o ensino seja realmente de qualidade é preciso trabalhar nas variáveis como bem preceitua Moran (2000):

- Uma organização inovadora, aberta, dinâmica, com um projeto pedagógico coerente, aberto, participativo; com infra-estrutura adequada, atualizada, confortável; tecnologias acessíveis, rápidas e renovadas.
- Um organização que congregue docentes bem preparados intelectual, emocional, comunicacional e eticamente; bem remunerados, motivados e com boas condições profissionais, e onde haja circunstancias favoráveis a uma

relação efetiva com os alunos que facilite conhecê-los, acompanhá-los, orientá-los.

- Uma organização que tenha alunos motivados, preparados intelectual e emocionalmente, com capacidade de gerenciamento pessoal e grupal. (MORAN, 2000, p.14).

Embora o ensino de qualidade seja caro, o ensino seja mais problemático perante o divulgado, é preciso que o governo invista mais na educação, precisamos ter escolas de excelência ou ao menos evolua a um padrão aceitável. As mudanças podem demorar mas acreditamos nesta possibilidade de evolução e acontecimento na Educação do País.

5 REFERÊNCIAS

AQUINO, L.M.S. Políticas sociais e legislação educacional. Canoas: Editora Ulbra, 2007.
BARROSO, J. Gestão local da educação: entre o Estado e o mercado, a responsabilidade coletiva. In: MACHADO, L,M; FERREIRA, N.S. (Org.). Política e gestão da educação: dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BELLONI, M. L. **O que é Mídia-educação**. Campinas: Autores Associados, 2001. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. N. 78.

BRASIL, Escola. **Administração Pública**. Disponível em <http://www.brasilecola.com/pol> acesso em 19/09/12.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Informática-Proinfo. Linha do tempo**. Disponível em: <<http://proinfo.mec.gov.br/>> Acesso em 04 de jun.2012a.

_____. Ministério das Comunicações. Secretaria de Inclusão Digital- Programas e Projetos. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/inclusao-digital-mc/programas-e-projetos>>. Acesso em: 27 out. 2012.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo.Cartilha de Recomendações para a Montagem de Laboratórios de Informática nas Escolas Urbanas. Disponível em: <[http://sip.proinfo.mec.gov.br/upload/manuais/cartilha urbana.pdf](http://sip.proinfo.mec.gov.br/upload/manuais/cartilha_urbana.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2012.

BRITO, G. **Legislação para gestão**. [obra] organizada pela Ulbra. Curitiba: Ibplex, 2008.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. 2ª Ed. – Rio de Janeiro : Campus, 1999.

DEMO, P. **Política social, educação e cidadania**. 10 ed. Campinas: Papyrus, 1994. 124 p.

DRUCKER, P. **O novo papel da administração**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

FERREIRA, N. S. C. Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades. In: FERREIRA, N. S. C. (org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

FLEURY, M. T. L. FLEURY, A. **Construindo o conceito de Competência**. Revista de Administração Contemporânea, Rio de Janeiro, n. 5, p. 183–196, 2001. Edição Especial.

JUNQUILHO, G S. **Teorias da administração pública**. Florianópolis : Departamento de Ciências da administração/UFSC; [Brasília]: CAPES:UAB, 2010.

LACOMBE, F. **Administração: Princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003

LAURINDO, F. J. B. **Tecnologia da informação: planejamento e gestão de estratégias**. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, S. de. **Gestão, Planejamento e Políticas Públicas**. Obra organizada (Ulbra) – Curitiba: Ibpx, 2008.

MARTINS, E. B. C. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: PUC, 2007. Tese de Doutorado.

MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. 33.ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MORAN, J.M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**/ Jose Manuel Moran, Marcos T. Masetto, Marilda Aparecida – Campinas, SP: Papyrus, 2000.

MORAN, J.M. **As possibilidades das redes de aprendizagem**. s/d Disponível em http://www.eca.usp.br/prof/moran/redes_aprendizagem.htm acesso em 04/06/12b.

NEVES, P. Tecnologias. Secretaria de Estado de Educação disponível em www.seduc.mt.gov.br acesso em 21/09/12.

PAIS, L. **Educação Escolar e as tecnologias da informática**. Belo Horizonte: Autentica, 2002.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução Patricia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SANTOS, J. O. **Gestão da escola: planejamento e avaliação na construção da gestão participativa**. Cuiabá: Publishing House, 2005. 125 p.

SANTOS, L. F. B. **Evolução do pensamento administrativo**/[Obra] organizada pela Ulbra – Curitiba: Ibpx, 2008.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, R. O. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

SOUSA, E. S. C. de. Políticas Educacionais e Educação Tecnológica. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS E PRÁTICAS CURRICULARES “DIFERENÇA NAS POLÍTICAS DE CURRÍCULO”. IV. 2009. João Pessoa-PB. p. 1755 a 1768. 1 CD ROM.

TURBAN, E. **Tecnologia da informação para a gestão**. Tradução: Edson F. – 6ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ULBRA, **Tecnologia da informação e da comunicação**. Obra organizada (Ulbra)- Curitiba: Ibpx, 2007.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

ⁱ *Técnica Administrativa Educacional da Escola Estadual João de Campos Borges.*

ⁱⁱ *Técnico Administrativo Educacional da Escola Estadual Alfredo José da Silva.*